UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PSICOLOGIA (480/I)**
Disciplina	**1200/I - PSICOLOGIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**
Turma	**PSI/I**
Local	**IRATI**

Carga Horária: **102**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

A categoria excluído. Normalidade: aspectos históricos, estatísticos, sociais, legais e críticos. Características e diagnósticos nas áreas mental, sensorial e motora. Intervenção junto à pessoa portadora de deficiência na educação, trabalho, esporte, lazer, reabilitação, entre outros contextos.

I. Objetivos

-Conhecer os determinantes históricos, políticos e socioeconômicos que constituem as noções e os conceitos de normalidade e anormalidade, diferenças e desigualdades, igualdade e equidade, inclusão e exclusão.
-Compreender a deficiência como fenômenos socialmente produzidos.
-Conhecer os principais documentos orientadores da discussão acerca da inclusão no contexto dos Direitos Humanos.
-Discutir as diretrizes e os princípios filosóficos da inclusão e das políticas públicas brasileiras na área.
-Conhecer a CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.
-Refletir a respeito das atitudes, métodos, recursos técnicos e humanos necessários à inclusão em diversas áreas e prioritariamente na saúde, educação, trabalho, cultura, esporte e lazer.
-Favorecer a inclusão social em Irati por meio de estágio supervisionado em diferentes contextos de atuação.

II. Programa

-Módulo I
As influências históricas e seus impactos na inclusão de pessoas com deficiência
Os Modelos Individual e Social da Deficiência Aula
O Modelo Biopsicossocial
O Modelo da Diversidade e a Teoria Crip
Deficiência e interseccionalidades
A psicologia e a produção de conhecimento e intervenção no campo da deficiência
Definição e questão estrutural do capacitismo
Os componentes atitudinal, cognitivo e comportamental do capacitismo
Impactos subjetivos do capacitismo para as pessoas com deficiência e para suas possibilidades de trabalho
Psicologia, formação e estágio básico no campo da deficiência
Mapeamento histórico dos estágios básicos realizados na disciplina do curso de Psicologia na Unicentro
Módulo II
A avaliação psicológica frente as deficiências e as possibilidades de desenvolvimento
Inclusão na Educação
Psicologia deficiência e direitos humanos
Inclusão de pessoas com sofrimento psíquico Aula
Inclusão e Desenho Universal
Inclusão no Trabalho: distinção entre gestão da diversidade e políticas afirmativas e os parâmetros de avaliação de inclusão no trabalho
Repensando suas atitudes e possíveis contribuições para a inclusão
Entrevistas e roda de conversa com profissionais psicólogas que atuam na área
Oficina avaliação Psicológica e elaboração de documento
Oficina preenchimento de notificação compulsória
Oficina Resoluções da Psicologia no Sistema conselho
Módulo III
Projeto estágio básico
Restituição estágio básico
Apresentação na Mostra de Estágios do Curso de Psicologia.

III. Metodologia de Ensino

1.Aulas expositivo-dialogadas;
2.Recursos utilizados na contextualização e abordagem do conteúdo programático desta disciplina: artigos científicos, filmes, documentários, entrevistas, documentos legislativos e oficiais.
3.Estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: estudo dirigido de artigos de forma individual e compartilhada, atividades de pesquisa, exploração de portais eletrônicos, apresentação de textos, seminários; debates e rodas de conversa, momentos de compartilhamento de conhecimentos e experiência na presença de convidados, fichamento de leituras.
4.Serão realizadas práticas integrativas com outras disciplinas do curso.
5.O (AVA-Moodle) será utilizado como ferramenta de apoio, servindo para o compartilhamento de arquivos de natureza diversa. Outros recursos tecnológicos também poderão ser utilizados como instrumentos de apoio pedagógico: Google Meet, Google Docs, Whatsapp,

Ano	**2023**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PSICOLOGIA (480/I)**
Disciplina	**1200/I - PSICOLOGIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**
Turma	**PSI/I**
Local	**IRATI**

Carga Horária: **102**

PLANO DE ENSINO

E-mail.
6.A disciplina prevê práticas integrativas

IV. Formas de Avaliação

1.A avaliação do primeiro semestre constará de trabalho em grupo que envolverá pesquisa de campo com profissionais de psicologia que trabalhem com a questão de inclusão em diferentes contextos e instituições. Serão realizadas entrevistas com profissionais de Psicologia da área, bem como análises teóricas das entrevistas que culminarão na apresentação dos trabalhos em seminários. A entrega escrita da entrevista, com análise teórica, contabilizará nota de 0 a 10 e a apresentação no seminário contabilizará nota de 0 a 10. A média final será a soma das notas dividida por dois.
2.A atividade de estágio no segundo semestre será avaliada segundo a participação dos estudantes nas atividades de estágio (nota de 0 a 10) e a escrita de um relatório final em formato de artigo científico onde se relatará a experiência realizada (nota de 0 a 10). A média final resultará da soma das notas divida por dois.
3.Conforme Resolução No 1-COU/UNICENTRO, DE 10 DE MARÇO DE 2022, será oferecida possibilidade de recuperação ao/à estudante que não alcançar nota mínima (7,0) na soma das avaliações dos semestres descritas acima. Nesse caso oferecida a possiblidade da produção um trabalho escrito como forma de recuperação de nota para cada um dos semestres. Essa avaliação valerá 10,0 pontos e o resultado será somado à nota semestral e feita a média aritmética simples.

V. Bibliografia

Básica

Araújo, E. S. (2013). CIF: Uma Discussão sobre Linearidade no Modelo Biopsicossocial. Rev Fisioter S Fun., 2(1): 6-13. Bressiani, N. & Silva, F. G. (2017).
Axel Honneth: uma teoria crítica do conflito social. In: Manual de Sociologia Jurídica, 2 ed. São Paulo: Saraiva. Carvalho-Freitas, M. N., & Marques, A. L. (2007).
A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. Revista Organizações & Sociedade, 14(41), 59-78.
Carvalho-Freitas, M. N, Silva, O. A., Tette, R. P. G., & Silva, C. V. (2017). Diversidade em contextos de trabalho: pluralismo teórico e questões conceituais. E&G Economia e Gestão, 17(48), 174-191. https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2017v17n48p174-191
Crochik, L. (2005). Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. Estudos de Psicologia, 22 (3), 309-319.
Dias, A. (2013). Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal.
]Diniz, D., Medeiros, M. & Squinca, F. (2007). Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(10), 2507-2510.
Magnabosco, M. B., & Souza, L. L. (2019). Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. Revista Estudos Feministas, 27(2), e56147.
Nepomuceno, M. F. (2019). Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma análise sobre o modelo social. Tese (Doutorado em Educação) no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social na Faculdade de Educação – FaE - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
Palacios, A., & Romañach, J. (2006). El modelo de la diversidad: la Bioética y los Derechos Humanos como herramienta para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. Vedra, La Coruña: Ediciones Diversitas- AIES.

Complementar

AQUINO, J, G. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998 BRASIL. (1989). Lei de apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência.
(1994). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).
(1996). Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal N. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
(1999). Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Decreto N. 3298 de20 dezembro de 1999. (2001). Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília, MEC/Secretaria de Educação especial (SEESP).
(2004). Lei de promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Decreto N. 5296 de 2 de dezembro de 2004.
CIF. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais em Português. São Paulo: Edusp, 2008.
DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur, Rev. int. direitos humanos., São Paulo, 2009, v.6,n.11, p. 64-77.
GOFFMANN,E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PSICOLOGIA (480/I)**
Disciplina	**1200/I - PSICOLOGIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**
Turma	**PSI/I**
Local	**IRATI**

Carga Horária: **102**

PLANO DE ENSINO

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com a sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. ANCILLOTTI,S.S.P. Deficiência e Trabalho: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas: Autores Associados, 2000.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro de. Dialogando sobre Preconceito, Políticas de Inclusão Escolar e Formação de Professores. In: ;SILVA, Divino José da. (Org.). Valores, Preconceito e Práticas Educativas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 73-11.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e Acessibilidade. Revista Sobama, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005. Revista Brasileira de Educação Especial. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Marília, 1993.

SASSAKI, R.K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, T.T da (Org.).; HALL, S.; WOODWARD, K. Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 5. ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 2000.

STOER, Stephen R.; MAGALHÃES, António. A Diferença Somos Nós: A gestão da mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais. Porto: Edições Afrontamento,2005. p.125-142.

CLEMENTE, C. A. Trabalho decente: leis, mitos e práticas de inclusão. São Paulo: Editora do Autor, 2008.

IVATIUK, A. L. Orientação Profissional em Pessoas com Necessidades Especiais: Revisão de Literatura (2000-2009). Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, p. 108, 2009.

MARQUEZAN, R. (2008). O discurso da Legislação sobre o sujeito deficiente. Revista Brasileira de Educação Especial, 2008, 14 (3),463-478. MOREIRA, H. F., MICHELS, L. R., & COLOSSI, N. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. Revista Escritos sobre Educação, 2006,5(1), 19-25.

PEREIRA, C. D., DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. Qual o significado do trabalho para as pessoas com e sem deficiência? Psico-USF, 2008, 13(1), 105-114. QUINTÃO, D. T. Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. Psicologia e Sociedade,2005, 17 (1), 17-28. SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos - v.1, n.1, jan.2004

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEPSI/I
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 06
Data: 10/05/2023